

## Modalidade linguística e força argumentativa

Helena Valentim

**ABSTRACT:** *In those discourse situations in which the enunciator wants to suggest more than to show a conviction, a sequence like *Eu não acho que Portugal esteja preparado para responder a um sismo* is preferring to *Eu acho que Portugal não está preparado para responder a um sismo*. It may be more delicate, more prudent and argumentatively more strategic.*

*With this presentation, I pretend to describe enunciatively the difference between both types of construction, *não achar que p e achar que não p*. Even if the negation at the subordinate level or at the subordinante level is described syntactically and presents a pragmatic and argumentative configuration, it's also important to focus on semantic features, in order to proceed to a more complete explanation of the observed data. For instance, we need to consider the type of the predicate, the modal value, the use of the indicative mood or of the conjunctive mood at the subordinate level.*

Consideremos, pois, os dois enunciados:

(1) *Não acho que Portugal esteja preparado para responder a um sismo*

(2) *Acho que Portugal não está preparado para responder a um sismo*

Na sequência do sismo ocorrido em Itália a 6 de Abril do ano corrente, um responsável pela protecção civil portuguesa afirmava para uma reportagem do *Público*: *Não acho que Portugal esteja preparado para responder a um sismo*. Na hipótese de, em vez de ter afirmado isto, ter afirmado *Acho que Portugal não está preparado para responder a um sismo*, ficaríamos um pouco mas alarmados.

Em Ratié (1991: 135), descreve-se os enunciados de tipo ‘*não pensar que p*’ ou ‘*não achar que p*’ como “eufemísticos” uma vez que o enunciador afirma uma convicção,

através da negação do seu contrário. Digamos que, em termos de estratégia argumentativa, esta construção dissimulada se revela de extrema utilidade naquelas situações discursivas em que, por uma questão de precaução, como é o caso, ou de delicadeza, o enunciador quer sugerir, mais do que dizer de forma categórica, quer dar a entender, mais do que ostentar uma convicção. Por conseguinte, o enunciador opta por uma construção discursivamente prudente, uma vez que, assim, não lhe poderá ser imputável a asserção de *não-p*, podendo, inclusive, em situações delicadas, refugiar-se hipocritamente por detrás do não dito e defender-se da acusação de alguma vez ter asserido *não-p*.

Sob o ponto de vista lógico, estes dois enunciados equivaler-se-ão, uma vez que não se reconhece haver entre ambos uma contradição ao nível do sentido construído. Efectivamente, apesar de, no enunciado (1) o operador linguístico de negação se posicionar ao nível da relação subordinada afectando o verbo (*'não acho que p'*), o valor de negação incide, sob o ponto de vista lógico, sobre a relação predicativa subordinada.

A equivalência ou não-contradição lógica aqui identificada corresponde a um facto clássico, inicialmente definido como uma tendência registada em muitas línguas de o verbo da matriz atrair a si a forma negativa que, sob o ponto de vista lógico, pertence à subordinada (ver Horn, 1975, 1978 e 1989). Objecto de reflexão, primeiramente, de filósofos e lógicos e, depois, de linguistas, este fenómeno revelou-se, pois, um processo sintáctico-semântico e pragmático com manifestação nas diferentes línguas e extensivo a também distintas classes de predicados.

Assim, quando descrito formalmente enquanto característica sintáctica, este fenómeno é comumente designado como “negação antecipada” pela gramática tradicional, ou como “subida da negação” (“NEG-raising”), “transferência da negação” ou “transporte da negação” (“NEG-transportation” ou “NOT-transportation”) pela gramática transformacional. Dir-se-á, pois, que, de acordo com um critério sintáctico, em (1), estamos perante a ‘forma transportada’, aquela que regista a ‘subida’ ou ‘transporte’ do operador linguístico de negação da frase subordinante para a subordinada e, em

(2), estamos perante a ‘forma não transportada’.

É sobretudo a partir da abordagem lógico-filosófica proposta em Horn (1975 e 1978) que se procura uma explicação para este fenómeno que vá além do estabelecimento de uma regra sintáctica.

Pondo em causa o estatuto do transporte da negação enquanto regra transformacional, Horn faz referência, desde logo, às considerações de Bolinger a propósito da diferente força da negação em ambas as construções: mais fraca num enunciado como (1) (*‘não acho que p’*) do que no enunciado (2) (*‘acho que não-p’*). Com alguma novidade no âmbito dos estudos sobre este fenómeno, em Horn (1978), procede-se à identificação das propriedades semânticas comuns aos predicados que registam este fenómeno. Para tal, este autor organiza em cinco classes semânticas os predicados que verifica registarem o transporte da negação. Uma das cinco classes é a classe dos verbos que expressam opinião: “[OPINION] *think, believe, suppose, imagine, expect, reckon (anticipate, guess)*” (*idem, ibidem*: 187).

Por um lado, Horn retoma o facto de os predicados factivos estarem excluídos da classe alargada de

predicados compatíveis com o chamado ‘transporte da negação’, por outro lado, verifica que os predicados compatíveis com o ‘transporte da negação’ exprimem um grau de incerteza por parte do sujeito em relação ao estado de coisas expresso ao nível da relação subordinada. Horn recupera, deste modo, o princípio teórico definido por Poutsma e Bolinger: o “princípio da incerteza” (“the uncertainty principle”): “[...] if NR [neg-raising] is triggered by the speaker’s uncertainty about the truth of the complement, and this very complement is presupposed by speaker’s of factive S’s, NR will never be triggerable under these predicates” (*idem*, 1975: 287).

Assim, segundo Horn, o princípio da incerteza, que caracteriza os verbos compatíveis com o ‘transporte da negação’, está na base da definição destes verbos como escalares intermédios. Por outras palavras, a partir da distribuição dos predicados compatíveis e dos predicados incompatíveis com o transporte da negação numa escala dupla de força modal (dupla porque nela se integram, interrelacionando, predicados epistémicos e predicados deônticos), verifica Horn que é na zona intermédia da escala que se posicionam os

predicados compatíveis com o ‘transporte da negação’ (com valor escalar intermédio, portanto). Nos extremos da escala, posicionam-se os predicados incompatíveis com este fenómeno (com valores fraco e forte em termos de força modal).

Por conseguinte, de acordo com a proposta de Horn, é por a *achar* (mas também a *pensar*, *crer*, *acreditar*, *supor*, *considerar*...) corresponder um valor escalar intermédio, que se pode explicar a equivalência ou não-contradição lógica atrás assinalada entre (1) e (2). Assim se explicará também o facto de, pelo contrário, quando ao verbo em causa corresponde um valor escalar extremo, não se dar a mesma equivalência ou não-contradição lógica.

Veja-se o caso dos enunciados que se seguem:

(3) Não sabia que a Joana era professora

(4) Eu sabia que a Joana não era professora

Numa perspectiva enunciativa, a equivalência (ou não-contradição) lógica existente entre os dois enunciados (1) e (2) deve-se ao facto de a modalização negativa ao nível da relação subordinante não comprometer

a localização da relação subordinada em relação à fonte ou sujeito modal. A negação ao nível da subordinante - na forma ‘*não achar que p*’, portanto (1) - não bloqueia a responsabilização da fonte modal em relação ao carácter subjectivamente validável ou não validável da relação predicativa que ocorre na subordinada. É sempre a relação predicativa <Portugal estar preparado para responder a um sismo> que é negada, que é construída como subjectivamente não validável.

Em termos formais, a negação do valor epistémico do domínio do não-certo é impossível. Todos os valores de modalidade epistémica do domínio do não-certo são positivos, não podem ser negados. ‘*Não achar que p*’ (como ‘*não crer que p*’, ‘*não julgar que p*’) não é, aliás, rejeitar a hipótese de se ter uma opinião sobre *p*; exprime ainda uma atitude empenhada do sujeito que é construído como fonte modal em face da validabilidade ou não-validabilidade de *p*. A negação de *achar* (‘*não achar que p*’) não corresponde à ausência de uma convicção, mas sim à existência de uma convicção negativa. Do mesmo modo, a negação de *crer* (‘*não creio que p*’) não corresponde à ausência de crença, mas sim à existência de uma crença negativa.

Pode, desta forma, explicar-se por que não há qualquer contradição lógica entre os enunciados (1) e (2). Em ambas as construções está em causa a construção do mesmo valor modal: tanto na construção ‘*não acho que p*’ como na construção ‘*acho que não-p*’, se constrói uma não-validação subjectiva da relação subordinada. *Achar*, na forma positiva (‘*achar que p*’), é marcador de uma operação de ponderação de uma das zonas do domínio nocional (I) sem que se dê a eliminação da zona alternativa (E). Deste modo, negar, de maneira explícita, o carácter validável da relação subordinada (*p*) (‘*não achar que p*’) é viabilizar que, por inferência, se opte pelo complementar linguístico de *p*, isto é, por *não-p*, ou  $\sim p$  (ver Ratié, 1991).

O valor de modalidade epistémica de que *achar*, nos enunciados em análise, é marcador constitui, por conseguinte, um dado fundamental para uma explicação, no quadro da Teoria Formal Enunciativa, da forma como este verbo (mas também *pensar*, *julgar*, *acreditar*, *crer*, *supor*) se comporta com a construção de uma modalidade negativa quando integrado numa relação de subordinação.

Se a negação do valor epistémico do domínio do não-certo é formalmente impossível, já os valores modais de asserção estrita, positiva ou negativa, não podem combinar-se ou coexistir; ocorrem necessariamente em alternativa (ver Campos, 1998a: 265). Isto é, se, por um lado, ‘*não achar que p*’ é ainda uma convicção, por outro, ‘*não saber que p*’ está longe de constituir um saber. Tomando como exemplo o enunciado (3):

(3) Não sabia que a Joana era professora

A negação ao nível dos verbos que marcam a construção de uma asserção forte, como *saber*, implica uma recusa ou a impossibilidade por parte do sujeito enunciadador de distinguir um valor (*p* ou *p*’), ou seja, de assumir a validação ou a não-validação da relação predicativa do complemento. Daí que a negação incida sobre a relação predicativa subordinante e não se possa dizer haver uma equivalência semântica entre (3) e (4)<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> Constate-se, aliás, o facto de a negação de um verbo que marca a construção de uma asserção forte nos remeter para um sentido susceptível de ser expresso por um verbo totalmente diferente: por exemplo ‘*não saber que p*’ é parafraseável por ‘*ignorar que p*’.

Impõe-se uma mesma ordem de considerações quando, pelo tipo de complementação em causa, se constrói uma interrogativa indirecta, seja ela parcial ou, como ilustra o enunciado (3'), total:

(3') Não sabia se a Joana era professora

Simplesmente, à interrogativa indirecta total '*não saber se p*' está subjacente uma operação de percurso pela classe fechada dos valores de que *se* é marcador: *p* ou *p'*, validação ou não validação da relação predicativa. Assim, a interrogativa indirecta total comporta uma bifurcação, posicionando-se o enunciador num lugar neutro, com ambos os valores em aberto (ver Culioli, 1986: 8).

A não contradição existente entre estes enunciados parece-nos incontestável sob o ponto de vista lógico. Isso mesmo fica demonstrado por, enunciativamente, se construir um mesmo valor modal epistémico: um valor de não-validação subjectiva da relação predicativa subordinada. Mas como explicar enunciativamente a diferença em termos de força da negação, menor no enunciado (1) e maior no enunciado (2)?

Entre (1) e (2), reconhecem-se diferentes “efeitos de sentido”. Conforme atrás dizíamos, negar, de maneira explícita, a convicção de *p* ('*não achar que p*') é viabilizar que, por inferência, se opte pelo complementar linguístico de *p*, isto é, por *não-p* ('*achar que não-p*'). Quando, como no enunciado (1), se nega implicitamente a assertabilidade de *p*, dá-se a entender a assertabilidade de *não-p*. Neste caso, o sujeito sugere, mais do que constrói, a não validabilidade da relação predicativa. Negar a convicção de que *Portugal está preparado para responder a um sismo* é implicitamente afirmar a convicção inversa, isto é, a convicção de que *Portugal não está preparado para responder a um sismo*. Se o sujeito modal não acha que *p*, existem fortes probabilidades de que ache que *não-p*. Como, pelo menos explicitamente, nada mais é dito, cabe, portanto, ao co-enunciador inferir que, se o sujeito modal '*não acha que p*', então '*acha que não-p*'. Ao recusar-se a construir a validação de *p*, o sujeito modal deixa antever a possibilidade logicamente entendida de assumir a não-validação de *p*. Assim, num enunciado como (1), está construída, enquanto potencialidade, uma inferência que remete, naturalmente, para a construção do complementar linguístico

já que a negação apresenta, de forma implícita, o complementar linguístico como asserível.

No enunciado (1), a força assertiva é menor do que no enunciado (2) porque, neste último enunciado, o sujeito se responsabiliza directa e explicitamente pela não-validação subjectiva da relação predicativa subordinada. No primeiro enunciado, a força assertiva é menor, pois é de forma indirecta e implícita - isto é, sugerindo - que o sujeito assume a não-validação subjectiva da relação predicativa, ao negar explicitamente o seu contrário.

Na construção '*não achar que p*' (1), o grau de convicção menos forte que o sujeito evidencia face à não-validação de *p* é associável ao valor marcado pelo emprego do modo conjuntivo ao nível da relação subordinada (*esteja, em esteja preparado*). Dir-se-á que o uso do conjuntivo marca a distanciação necessária quando ao sujeito interessa expressar dúvidas sobre, neste caso, a validação da relação predicativa.

Inversamente, na construção '*achar que não p*' (2), o modo indicativo que caracteriza o verbo da subordinada (*está, em está preparado*) marca precisamente que, comparativamente com o que se dá na

forma '*não achar que p*', o sujeito se compromete num grau maior com a não-validação da relação predicativa. O valor modal construído é, por conseguinte, mais próximo da assunção da não-validação da relação predicativa, mais próximo da asserção estrita.

O modo conjuntivo marca que a relação predicativa não é validável/não-validada em Sit<sub>0</sub>, sendo construída como validável/não-validável noutra situação de enunciação. No enunciado (1) ('*não acho que p*'), o modo conjuntivo marca precisamente que o sujeito modal não se compromete com a não-validação da relação predicativa. O facto de o verbo ao nível da subordinada ocorrer no conjuntivo explicar-se-á em virtude de o sentido negativo da orientação do conhecimento ser compatível com uma relação predicativa não asserida, isto é, não construída como não-validada, mas sim como não-validável numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação em curso.

É, aliás, um fenómeno comum a constância do emprego do conjuntivo e a não alternância quanto ao modo do verbo da relação subordinada, quando se afecta a relação subordinante de uma modalidade negativa (conforme se verifica no enunciado 1). A

generalidade dos estudos sobre o conjuntivo apresenta o emprego dependente deste modo (isto é, num contexto de subordinação) como podendo decorrer das restrições inerentes ao predicado da relação imbricante (verbal, como os casos em análise, ou adjectival), mas também como podendo ser condicionado pela introdução de uma modalidade negativa em estruturas subordinadas que têm, como é o caso, um determinado tipo de predicado ao nível da relação subordinada.

Já no enunciado (2), uma vez que a negação apresenta uma força maior, em comparação com (1), ou seja, que o sujeito modal está mais convicto do carácter, neste caso, não-validável da relação predicativa, não temos, neste enunciado, quaisquer marcas de distanciamento. Temos, pelo contrário, como marca de actualização, o emprego do modo indicativo. No enunciado (2), o sentido positivo da orientação do conhecimento veiculado por achar (*'acho que não-p'*) é compatível com o emprego do modo indicativo ao nível da relação subordinada, pois o modo indicativo marca a construção da relação predicativa na situação de enunciação em curso, mais concretamente, a construção de um

valor mais próximo da não-validação da relação predicativa pelo sujeito modal.

## Conclusão

O facto de o fenómeno do 'transporte da negação' ser partilhado com outros verbos assertivos fracos (ou, na terminologia de Horn, com verbos com valor escalar intermédio), cujo semantismo marca uma determinada modalização da relação predicativa que ocorre na subordinada – como *julgar, pensar, acreditar, crer, supor* -, confirma que a sua natureza não é exclusivamente sintáctica, sendo preciso o recurso a uma descrição e explicação transcategoriais. Assim, embora a negação ao nível da relação subordinada ou ao nível da relação subordinante se preste a uma descrição sintáctica e apresente contornos pragmático-argumentativos relevantes, impõe-se, simultaneamente, que, para se proceder à explicação dos fenómenos observados, se contemplem, de modo particular, factores de ordem semântica, como seja o tipo de predicado em ocorrência, o valor modal construído e o emprego ora do modo conjuntivo ora do modo indicativo ao nível da relação subordinada.

Está, pois, em causa a forma como se combinam o valor modal



epistémico do domínio do não-certo, marcado por *achar* (e *julgar, pensar, acreditar, crer, supor*), e o valor modal, de natureza igualmente epistémica, de negação.

### Referências Bibliográficas

CAMPOS, M. H. C. (1998) *Dever e Poder. Um subsistema modal do português*. Lisboa: JNICT/FCG.

CULIOLI, Antoine (1968) La formalisation en linguistique. *Cahiers pour l'Analyse* 9: 106-117.

HORN, L. R. (1975) Neg-raising predicates: Toward an explanation. *In Papers from the Eleventh Regional Meeting*. Chicago: Linguistics Society, pp. 279-294.

HORN, L. R. (1978) Remarks on Neg-Raising. *In P. COLE* (ed.) *Syntax and Semantics* 9: Pragmatics. New York: Academic Press, pp. 129-220.

HORN, L. R. (1989) *A Natural History of Negation*. Chicago: The University Press of Chicago.

RATIÉ, M. (1991) Négation et verbes d'opinion. *Cahiers de recherche*

T 5, Paris: Éditions Ophrys, pp. 129-152.

VALENTIM, H. T. (2005) *Um Estudo Semântico-Enunciativo de Predicados Subjectivos do Português*. Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH-UNL.